

## Artigo

# **Mulheres trabalhadoras em tempos de capital: fundamentos, resistências e sobreposições de trabalho**

*Valmiene Florindo Farias Sousa\**  
*Teresa Cristina Esmeraldo Bezerra\*\**

### **Resumo**

O presente artigo apresenta uma reflexão teórica sobre os fundamentos do trabalho de mulheres em tempos de capital, com base em uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir da teoria social crítica da história do trabalho das mulheres no capitalismo, com ênfase nas pesquisas que tratam da divisão sexual do trabalho. Com base nestes fundamentos, objetiva-se articular uma análise sobre as transformações no mundo do trabalho e suas implicações para a vida das mulheres trabalhadoras. Na discussão teórico-crítica, considera-se que as adversidades da precarização do trabalho afetam as mulheres dentro e fora de casa, pois o trabalho reprodutivo e não pago realizado por elas implica uma jornada ininterrupta e desgastante, enquanto o trabalho produtivo ainda é restrito e desigual, quando comparado ao lugar do homem nos espaços de trabalho. Ressaltam-se ainda aspectos históricos da precarização do trabalho de mulheres no Brasil, dando relevo às expressões, resistências e tendências na divisão sexual e racial do trabalho.

**Palavras-chave:** Mulheres. Trabalhadoras. Capitalismo. Divisão Sexual do Trabalho.

### ***Working women in times of capital: foundations, resistance and work overlaps***

### **Abstract**

This article presents a theoretical reflection on the foundations of women's work in capital times, supported by bibliographical research based on the critical social theory of the history of women's work in capitalism, emphasizing the discussion of research that deals with the division sex work. The objective, based on these foundations, is to articulate a discussion about the scenario of the world of work, but with a focus on the implications of societal transformations for the lives of working women. The theoretical-critical discussion is emphasized, which considers that for women the adversities of precarious work occur outside and within the home, since reproductive and unpaid work has an uninterrupted and exhausting journey and women's productive work is, still restricted and unequal when compared to men's place in work spaces. We also provide brief historical aspects of the precariousness of women's work in Brazil, highlighting the expressions, resistance and trends in the sexual and racial division of labor.

**Keywords:** Women. Workers. Capitalism. Division of work.

\* *Docente Adjunta do Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Amazonas. E-mail: [valmienefarias@gmail.com](mailto:valmienefarias@gmail.com)*

\*\* *Docente do Curso de Serviço Social e do Mestrado Acadêmico em Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará. E-mail: [teresa.bezerra@uece.br](mailto:teresa.bezerra@uece.br)*

O modo como o capitalismo opera na contemporaneidade indica que o privilégio para o mercado especulativo tem se tornado cada vez mais forte, resultando em maior empobrecimento e exploração da força de trabalho. Esta tendência, além de provocar o desmantelamento do Estado, sobretudo na sua função de prover as necessidades da população por meio da implementação de políticas públicas, gera a precarização da vida da classe trabalhadora e dos seus modos de inserção no ciclo de produção. Tais implicações são mais sentidas em uma fração dessa classe, que em sua heterogeneidade é composta por mulheres diversas, pertencentes a grupos étnicos e raciais historicamente discriminados e racializados de forma subalterna em nosso país, principalmente mulheres negras e indígenas (Madeira, 2017).

Esse argumento encontra apoio na própria história do trabalho das mulheres no capitalismo, cuja marca tem sido a exploração, a precarização, a espoliação e o acúmulo de funções produtivas e reprodutivas nos ambientes fabris, industriais, no trabalho rural, no mercado empresarial e no âmbito doméstico. Desse modo, a situação da maioria das mulheres pode ser compreendida pelo trabalho ininterrupto, contínuo e, em grande parte, não remunerado ou mal pago, seja nas atividades produtivas, seja nas atividades reprodutivas ligadas ao cuidado. São circunstâncias não rompidas pela modernidade, pois o modo de ser capitalista constituiu-se imbricado historicamente com o patriarcado e com o racismo, resultando na exclusão das mulheres do circuito da apropriação da riqueza, em particular, das mulheres negras, embora elas sejam peça fundamental na sua produção.

Nesse sentido, este artigo se propõe analisar, a partir de uma revisão bibliográfica, as discussões em torno dos fundamentos do trabalho das mulheres no capitalismo, cujo efeito tende à intensificação da precarização. Põe-se em relevo, nesse ínterim, a configuração da expressão desses efeitos de maior mote na vida das mulheres trabalhadoras em suas funções de produtoras e reprodutoras da vida social. O texto está organizado em dois itens articulados, que apresentam elementos fundamentais para a reflexão: a) o cenário do mundo do trabalho e as trabalhadoras nos tempos do capital: fundamentos e expressões na contemporaneidade; b) os aspectos históricos da precarização do trabalho de mulheres no Brasil: resistências e tendências.

Na primeira parte do artigo, discutem-se os elementos que fundamentam o mundo do trabalho, em particular, o lugar das mulheres na condição de trabalhadoras exploradas, excluídas e com baixa remuneração. Situa-se a divisão sexual do trabalho como recurso analítico da teoria social crítica para indicar os desafios à posição desigual das mulheres em postos, ocupações e funções. Enfatizam-se as pesquisas situadas, que apresentam trajetórias de estudos sobre o conceito de gênero, privilegiando os debates sobre o trabalho reprodutivo que tende a ser o grande mote das atividades desempenhadas por mulheres em toda a quadra histórica.

No segundo item, articula-se o debate sobre o cenário do mundo do trabalho, com foco nas implicações das transformações societárias para a vida das mulheres trabalhadoras. Ademais, busca-se situar os aspectos históricos da precarização do trabalho de mulheres no Brasil, com ênfase nas expressões, resistências e tendências da divisão sexual e racial do trabalho. Por fim, destaca-se a contribuição da teoria social crítica na análise das adversidades da precarização do trabalho para as mulheres, tanto fora quanto dentro de casa, uma vez que o trabalho reprodutivo e não pago das mulheres possui jornada ininterrupta e desgastante, e o trabalho produtivo delas ainda é restrito e desigual, se comparado ao lugar dos homens nos espaços de trabalho.

## **1. O mundo do trabalho e as trabalhadoras mulheres nos tempos do capital: fundamentos e expressões na contemporaneidade**

Cansaço, fadiga, sobrecarga, tripla jornada, má remuneração, ausência de direitos trabalhistas, maternidade invisibilizada, adoecimento mental e físico são questões presentes na vida dos trabalhadores, em sua maioria, composta por mulheres trabalhadoras. O mercado de trabalho informal e terceirizado tem se constituído como maior espaço de trabalho em que essas questões se apresentam, em especial na vida de mulheres negras e indígenas, cujo ingresso no mercado de trabalho tem sido pouco diverso e entranhado de vis preconceitos.

Paradoxalmente, é nos marcos do capitalismo e de todo o seu aparato moderno e tecnológico que a condição da mulher trabalhadora é caracterizada pela servilidade e pela luta para sua própria emancipação como sujeito histórico e político. A precarização do trabalho desenvolvido pelas mulheres na esfera produtiva e reprodutiva constituiu-se como traço histórico no capitalismo, pois elas são socializadas, desde o nascimento, para viverem e usarem sua força de trabalho a serviço de outros, com baixa ou nenhuma remuneração, de forma a executarem trabalhos repetitivos, contínuos, ininterruptos e que lhes causam intenso desgaste físico e mental, impedindo sua expansão.

Tais análises se encontram explicitadas nas pesquisas desenvolvidas por Heilborn e Sorj (2007) e Saffioti (2013), que investigam os processos de inclusão e exclusão de mulheres no mercado de trabalho brasileiro durante o desenvolvimento do capitalismo industrial, a partir dos anos 1930 do século XX. Desde a década de 1980, com a incorporação do debate sobre a categoria gênero, novas pesquisas são realizadas no Brasil, tornando mais complexos os estudos sobre as mulheres. Neste contexto merece destaque o pensamento de Gonzalez (2021) e Nascimento (2015) acerca das posições e condições de mulheres negras no mercado de trabalho, com especial atenção às suas contribuições sobre o trabalho doméstico remunerado.

Tais pesquisas permitiram a ampliação do debate sobre a questão de gênero, articulada a outras categorias, como classe social e raça/etnia já discutidas por Davis (2016) e observada também por hooks (2015), ao enfatizar que a opressão não atinge da mesma forma todas as mulheres. A percepção de que a classe trabalhadora não era homogênea, unicamente branca e masculina e nem tão pouco constituída por mulheres enquanto um grupo uniforme, possibilitou a expansão dos temas das pesquisas, inclusive no campo da História Social do Trabalho. As mulheres negras passaram a despertar o interesse de muitos (as) pesquisadores (as), bem como o trabalho em geral que as mulheres da classe trabalhadora sempre exerceram como lavadeiras, domésticas, doceiras, operárias, professoras etc.

Esse processo contribuiu para uma revisão da própria história de luta do feminismo, uma vez que as mulheres negras começaram a pautar nas ruas e na Universidade a ampliação das problemáticas dos direitos femininos para além do voto ou da representação política, dando visibilidade aos processos de estruturação de outras formas de opressão, como o racismo, que combinados à opressão de gênero e raça resultam num aumento da exploração das mulheres trabalhadoras (Pedro, 1998; Silva, 2018).

Ademais, o campo dos estudos com base na teoria social crítica contribuiu com as pesquisas sobre mulheres e trabalho, a partir das reflexões acerca do trabalho doméstico não remunerado à luz do conceito de reprodução social. A esfera da reprodução social compreende, segundo Batthacharya (2019), as atividades que “regeneram” o (a) trabalhador (a) e lhe permitem voltar para o processo produtivo (vestimentas, alimentação e organização doméstica), como também as atividades relacionadas aos cuidados com crianças e idosos. De acordo com Federici (2017), as atividades da esfera da reprodução social dão base e organizam a força de trabalho no capitalismo, sendo produzidas por mulheres de forma não remunerada, o que se constitui em pilar de sua subordinação.

Segundo Hirata e Kergoat (2007, p.599), “a divisão sexual do trabalho tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.)”. Esta forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o de hierarquização (subalternização dos trabalhos realizados por mulheres).

O conceito de divisão sexual do trabalho também enfatiza a hierarquização entre tais esferas e os tipos de trabalho a elas correlatos, o que implica a análise das relações de desigualdade associadas à classificação de atividades enquanto “femininas” ou “masculinas”. Como afirmam Firmino, Silva e Viana (2015, p. 89):

os efeitos perversos de tal processo de diferenciação podem ser percebidos na concentração de mulheres nas profissões relacionadas ao cuidado, na baixa presença de mulheres nos espaços de poder de decisão, nas já observadas diferenças salariais entre homens e mulheres, na maior taxa de desocupação das mulheres, na invisibilidade da violência doméstica, na jornada dupla de trabalho feminino, ou seja, revela-se como trabalho precarizado.

Nesse sentido, o uso do conceito de divisão sexual do trabalho como ferramenta analítica implica atentar, de forma geral, para a ausência (ou escassa presença) de mulheres nos espaços de poder e tomada de decisão como fruto de processos sociais mais amplos, que terminam por estabelecer ‘lugares de mulheres’, naturalizando a desigualdade e a subalternidade nas relações sociais.

Isso significa que os baixos percentuais de mulheres nas estruturas de poder e decisão não devem ser tomados como fruto de escolhas individuais, mas associados a arranjos estruturais que reforçam a desigualdade entre homens e mulheres e mesmo entre as mulheres, quando se consideram as dimensões de raça/cor e classe, por exemplo. Ao analisar as estatísticas nos estudos de gênero, Thomas Amossé (2019, p.45) destaca que “o nível de

diplomação das mulheres, agora ligeiramente superior ao dos homens em média, não lhes permitiu ocupar posições equivalentes nas empresas ou administrações”.

Ademais, o conceito permite avaliar que a desigualdade de gênero se mantém inclusive para as mulheres que conseguem acessar os espaços de poder e decisão, visto que, muitas vezes, sua presença se relaciona ao desenvolvimento de atividades tipicamente “femininas”, relacionadas ao cuidado ou à área social.

As pesquisas sobre as mulheres e o trabalho continuaram se fortalecendo no último quartel do século XX e início do XXI, em razão da ampliação da entrada das mulheres não apenas no mercado de trabalho, mas também em outros espaços públicos, como na Universidade.

Nas últimas décadas, outras problemáticas vêm se somando às pesquisas nesse campo, tais como as indicadas por Bruschini (2007), relativas à má qualidade do emprego feminino, ao acesso às carreiras e posições de prestígio, gerência e diretoria por mulheres escolarizadas, bem como ao predomínio do trabalho feminino em atividades precárias e informais. Em outras palavras, questões que derivam de uma divisão sexual do trabalho dicotômica e rígida, que atua como poderoso princípio norteador nas bases da organização social e econômica das sociedades.

De acordo com Carvalho (1988), mesmo fora do lar, na instância do trabalho ou das decisões, muitas vezes ocorre a replicação do trabalho desempenhado pelas mulheres com características de subordinação, pois, em sentido histórico e cultural, sempre coube à mulher a responsabilização pelos cuidados com pessoas de sua família e a casa, aliada à sua condição de trabalhadora nos setores industriais, comerciais, na esfera dos serviços. Ou seja, apesar da crescente escolarização das mulheres, que acompanha a mudança na sua posição no mercado de trabalho, a precarização e a subordinação nos postos e atividades geram múltiplos impactos nocivos às suas vidas.

Nesse sentido, parte-se do pressuposto que a inserção das mulheres no mercado de trabalho tende a ser mais fragilizada, não permitindo que estas se desobriguem dos afazeres domésticos, os quais parecem não desvanecer. Assim, para se analisar o contexto opressor e espoliador do sistema capitalista de produção e os impactos da crise econômica na vida das mulheres, é necessária uma abordagem que considere as relações de classe, raça e gênero, pois estas são um fator explicativo do funcionamento da economia, tanto no nível micro (em relação ao comportamento dos agentes econômicos), quanto no nível macro, contemplando as relações econômicas em um contexto de relativa estabilidade das relações de poder, apontamentos sinalizados por Fontoura et al (2010).

## **2. Aspectos históricos de precarização do trabalho de mulheres no Brasil: resistências e tendências**

Hirata e Kergoat (2002), ao discorrerem sobre a divisão sexual do trabalho a partir da perspectiva dos estudos de gênero, trazem elementos para uma interpretação crítica sobre a complexidade do impacto da crise econômica na vida das trabalhadoras, destacando, sobretudo, o empobrecimento material ou aviltamento da exploração de sua mão de obra. Contudo, antes de pontuar aspectos mais recentes, a partir do início do século XX, para se compreender a crise e seus impactos para as mulheres, na particularidade do Brasil, é necessário considerar as bases lançadas desde o período colonial, com a crescente produção de desigualdades étnico-raciais.

De acordo com Machado e Pinheiro (2022), o encontro vil das diferenças étnicas e de gênero dos portugueses com os povos nativos é estabelecido através da catastrófica violência. No que toca às populações indígenas, a aculturação e o genocídio são marcas indeléveis, pois mulheres indígenas foram submetidas à violência sexual por parte dos europeus e de seus descendentes. Rita Segato (2021) complementa essa reflexão, ao argumentar que a modernização nos países latino-americanos, em constante



expansão, é também um processo contínuo de colonização, que confinou compulsoriamente as mulheres ao espaço doméstico, tornando-as mais vulneráveis à violência masculina e submetendo-as a toda sorte de violações.

Também é preciso considerar que o capitalismo brasileiro, em sua face subdesenvolvida e periférica, tem uma relação orgânica com o racismo, como argumenta Fernandes (2008), resultando na superexploração das classes populares, que, após a abolição da escravidão e o advento da República, foram utilizadas para satisfação de interesses das classes dirigentes e dos países centrais. Nesse sentido, o racismo e o capitalismo são dois polos que se interpenetram ou, como observado em Ianni (1994), é próprio do desenvolvimento capitalista racializar o mundo. Ademais, o gênero dessa desigualdade de classes no processo de formação da sociedade brasileira é um elemento que compõe essa síntese das relações sociais, pois as mulheres sempre foram maioria da nossa população.

Essa maioria populacional composta por mulheres vivencia com maior agudeza as desigualdades no mercado de trabalho, a começar pelo acesso, que oportuniza ou é limitado por questões socioeconômicas e pela escolarização. Para Mattos e Terra (2017), na história das relações de trabalho e da ocupação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, há predominância do trabalho informal, sem direitos, além de forte precarização e terceirização, desde a década de 1970 até os dias atuais.

Os autores apontam que, durante a experiência brasileira no período de recessão internacional, o país sofreu seus efeitos de maneira retardatária a partir de 1981, com impacto nas reduções da produção de bens de consumo, limitando, em consequência, a oferta de empregos. No setor industrial, principalmente localizado em São Paulo, as demissões eram pautadas por uma divisão sexual do trabalho muito nítida, em que as tarefas masculinas e femininas não eram semelhantes:

As mulheres efetuavam trabalhos de montagem leves, sob forte pressão de tempo e ritmo de trabalho imposto. Trabalhos simples, dissociados, fragmentados, realizados sentadas com as mãos, ou pequenas ferramentas em um ambiente limpo e tranquilo. Os

homens realizavam trabalhos mais pesados, com normas interiorizadas. Trabalhavam com máquinas pesadas e às vezes perigosas em um ambiente sujo e insalubre (Hirata e Kergoat, 2002, p. 179).

Além desses fatores de diferenciação, outros elementos constituíram-se como um importante critério para a gestão da mão de obra em tempos de crise econômica, privilegiando a manutenção de mais homens do que mulheres nos postos de trabalho: a proteção do emprego do “chefe da família” e a priorização de homens casados com filhos. Ou seja, a crise não foi o momento de uma mudança na divisão sexual do trabalho pré-existente.

De acordo com Bruschini (2007), as oportunidades para as trabalhadoras sempre se concentraram no setor terciário (empregos de baixo prestígio e remuneração, emprego doméstico remunerado). Na década de 1970, começam a se deslocar para uma presença na indústria, sobretudo nas áreas urbanas, demonstrando claramente a diferenciação regional, bem como as desigualdades de raça e classe, pois as trabalhadoras domésticas (no passado e no presente) são, em sua maioria, negras, e as trabalhadoras do campo possuem baixa ou nenhuma remuneração e sem garantias trabalhistas. Carneiro (2020, p. 151), em sua obra *Gênero e raça na sociedade brasileira*, aponta que “[...] a teoria de superioridade racial teve na subordinação feminina seu elemento complementar”. Essa análise traz à baila as relações históricas de subordinação a que mulheres negras estão submetidas.

Em contraposição e na linha de frente da resistência, mulheres que vivenciaram todas as dissonâncias da crise econômica na década de 80 consolidaram uma “cidadania emergente”, herdada dos movimentos contestatórios feministas da década de 1960, os quais pautaram a redução das formas de discriminação e a crítica às hierarquias de gênero, trazendo para o centro do debate as desigualdades nas condições de trabalho e de renda das mulheres. De acordo com Souza-Lobo (2021), trata-se de uma década na qual a emergência dos feminismos conflui com as lutas democráticas sob a influência das esquerdas.

Importa, todavia, destacar a crítica feita por Gonzalez (2020) à ausência do debate sobre as relações étnico-raciais e suas interações com o gênero no movimento feminista latino-americano. Ao ilustrar a invisibilidade das mulheres negras e indígenas, a autora argumenta que muitas vezes essas mulheres são tidas como pertencentes ao setor popular e mais ligadas à pobreza, com experiências históricas de opressão e exploração, as quais resultaram em um afastamento delas em relação ao feminismo branco e de classe média.

Já na década de 1990, em um cenário de emergência dos direitos escalonados através dos ganhos constitucionais, da democratização e da discussão internacional sobre o direito das mulheres, os movimentos feministas se consolidam enquanto sujeito coletivo e suas pautas passam a ser incorporadas pelo Estado, na medida em que se convertem em políticas governamentais. De acordo com Souza-Lobo (2021, p. 234): “A violência doméstica, a contracepção, a divisão sexual do trabalho, o aborto, a educação diferenciada, configuram as faces da dominação das mulheres ao mesmo tempo como objeto de denúncia e como demandas e questões da política social”.

Ademais, na esteira da década de 90, a globalização do modo de produção capitalista teve como consequência a elevação dos níveis de emprego das mulheres, mas, ao mesmo tempo, acelerou o processo de vulnerabilidade e precarização desses empregos. A esse paradoxo, responde um segundo quem segundo Hirata (2006), significa a dissolução e fragmentação das mulheres, dadas as mudanças nas modalidades de emprego (trabalho em domicílio, teletrabalho, formas ditas 'atípicas' de emprego etc.) e a criação, ao mesmo tempo, de coletivos de luta unificadores, como a "Marcha Mundial das Mulheres".

De acordo com a autora supracitada, o trabalho continua central na vida de mulheres e homens no princípio do século XXI, mesmo quando ambos estão desempregados, pois permanece como uma referência para a ação e um princípio organizador da sociedade e das identidades sexuais. Por isso, a

crítica do trabalho enquanto atividade imposta, coercitiva, alienante e degradante impõe-se mais do que nunca, em virtude da extensão mundial desse tipo de trabalho. Ademais, as alternativas possíveis e desejáveis a essa forma de trabalho devem ser objeto permanente de debate.

Na virada do século XX para o XXI, a chegada das novas tecnologias e do paradigma de organização e desenvolvimento industriais, a exemplo da especialização flexível, representou grandes alterações. Hirata e Kergoat (2006) argumentam sobre as repercussões diferenciadas dessas transformações, considerando o ponto de vista dos homens ou mulheres, dos (das) trabalhadores (as) dos países desenvolvidos ou dos países em desenvolvimento, pois as novas tecnologias tendem a reforçar a marginalidade das mulheres, além de constituir um perigo para mulheres não qualificadas. Ou seja, apesar de todos os avanços e da presença cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho, a convenção de gênero que relaciona mulheres, feminino e feminilidade aos chamados afazeres domésticos continua praticamente intocada na sociedade brasileira. É verdade que muitas conquistas foram alcançadas e barreiras foram quebradas, mas, neste quesito, muito pouco se vê de transformação, como aponta Cardoso:

Na sociedade burguesa, o duplo papel econômico da mulher – o doméstico e o industrial – aparece ao nível da consciência social, através de uma ideologia que justifica e glorifica o primeiro deles e que apenas endossa o segundo. Não há uma nova ideologia do papel social da mulher, pois as condições materiais das relações de produção ainda se apoiam na exploração do trabalho doméstico (Cardoso, 1980, p.67).

Já Federici (2021), ao analisar o trabalho produtivo e reprodutivo desenvolvido por mulheres e suas novas configurações resultantes do capitalismo financeirista, discorre sobre os efeitos da industrialização/modernização da vida que podem nos surpreender por sua barbárie:

À medida que a industrialização atualmente em sua forma digital, vai correndo a terra e que os cientistas que estão a serviço do capital fazem experimentos de produção de vida fora do corpo das mulheres, a ideia de ampliar a industrialização para todas as atividades

reprodutivas e todos os cantos do mundo é um pesadelo pior que este que já estamos vivenciando com a total industrialização da agricultura (Federici, 2021, p. 84).

Outra autora que contribui para uma análise da crise geral do capitalismo e dos seus impactos na vida das mulheres é Fraser (2023). De acordo com a estudiosa, a crise geral resulta das contradições socio-reprodutivas do capitalismo financeirizado. Seu pressuposto assenta-se na ideia de que todas as formas de capitalismo estão fundamentadas em contradições e tendências das crises socio-reprodutivas, pois é a reprodução social uma condição que garante a acumulação do capital. Há, entretanto, o paradoxo de que o modo de produção capitalista insustentável e limitado abala o próprio processo de reprodução social, pois fragiliza os indivíduos (as mulheres) através do seu empobrecimento e exploração.

Nesse sentido, percebe-se que o movimento do capital global, ao incorporar as mulheres à força de trabalho, seja formal ou informal, e com baixos salários, força-as a externalizarem as tarefas do cuidado (socio-reprodutivas) dos filhos e idosos para a comunidade, que é limitada em sua capacidade de ocupar esse papel de forma adequada. As mulheres, que desempenham atividade remunerada e podem pagar, tentam conciliar o seu trabalho não pago (doméstico e de cuidado), envolvendo outras mulheres nessa empreitada (mães, vizinhas, empregadas domésticas). Em casos mais recentes, tem-se percebido esse movimento com mulheres migrantes, mas sabe-se que esse problema é mais vivido sobretudo por mulheres negras e periféricas. Tal questão é pensada por muitas teóricas feministas, a exemplo de Fraser, ao argumentar que:

A atividade social reprodutiva não remunerada é necessária a existência do trabalho remunerado, à acumulação de mais-valia e ao funcionamento do capitalismo como tal. Nada disso poderia existir na ausência de tarefas domésticas, educação dos filhos, escolaridade, cuidados afetivos e uma série de outras atividades que servem para produzir nova geração de trabalhadores e substituir os existentes, bem como para manter os laços sociais e entendimentos compartilhados. A reprodução social é uma condição indispensável para a possibilidade econômica em uma sociedade capitalista (Fraser, 2023, p.49)

Nessa esteira, é visível a existência de uma divisão racial do trabalho que, para Gonzalez (1980), vai além das relações de trabalho e alcança todas as esferas da vida social, pois destina lugares desiguais (mais precarizados) às trabalhadoras negras. Nesse sentido, observa-se separação entre trabalhadores e trabalhadoras com tipos de ocupações exclusivas para pessoas brancas e diferenças de posição, visto que atividades realizadas por negros e negras guardam menor notoriedade e menores salários.

O trabalho, portanto, desempenhado pelas mulheres na história do capitalismo e as resistências traçadas ao longo do movimento feminista são dimensões concretas, sendo que as lutas para a superação das opressões e violências constituem-se ainda como fio condutor para a discussão das desigualdades de gênero, raça e classe presentes na vida das mulheres trabalhadoras.

### **Considerações finais**

Os elementos destacados no artigo tentam rememorar as análises que elucidam os subsídios que fundamentam a precarização da vida das mulheres trabalhadoras no cenário do capitalismo, desde sua gênese até seu estágio atual de desenvolvimento, e as implicações que se mostram mais perversas. Implicações essas que são sentidas e vividas pela classe trabalhadora, formada em parte por um conjunto expressivo de mulheres, que se encontra envolta em processos cada vez mais aviltantes de flexibilização e exploração das relações de trabalho.

Nesse sentido, afirma-se, a partir das reflexões suscitadas no decorrer do texto, que, no caso das mulheres trabalhadoras, essa precarização põe-se tanto na esfera produtiva como na esfera reprodutiva, esta última entrecortada pela continuidade de sua jornada e pela quase exclusividade de sua força de trabalho na esfera doméstica, acompanhada ainda pela informalidade, baixa remuneração ou ausência de salários.

Assim, considera-se tarefa histórica da luta dos trabalhadores e das trabalhadoras, sobretudo da luta das mulheres, a análise crítica dos elementos estruturais da ordem capitalista que perpassam a vida cotidiana. E, no caso das trabalhadoras, é imprescindível fortalecer a luta pela superação e modificação da desigual divisão sexual e racial do trabalho que as subjuga e fragiliza.

No caso brasileiro, embora se reconheça o avanço das leituras e práticas resultantes da incorporação de teorias afrocentradas e indígenas, constata-se que os movimentos de resistência ao processo de precarização como consequência do capital ainda carecem de força, integração e “enegrecimento”, como já pontuava Carneiro (2003), embora tenham sido vanguardistas para a compreensão das explorações e opressões experienciadas pelas mulheres brasileiras, em seus distintos lugares e frações. De acordo com Bhattacharya (2023, p.31), “é preciso direcionar a teoria entre o corpo físico em todos os seus atos (como “comer, beber e procriar”) e as relações sociais do capital em que esse corpo se encontra”.

\* **Valmiene Florindo Farias Sousa** é doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão com Estágio de Pós-Doutorado em Serviço Social, Trabalho e Questão Social pela Universidade Estadual do Ceará. Professora do curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade da Universidade Federal do Amazonas. Professora colaboradora do Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social da UECE. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social Crítica, Estado, Movimentos Sociais e Políticas Sociais (TEMPPUS).

**Contato:** [valmienefarias@gmail.com](mailto:valmienefarias@gmail.com)

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/2413223119725754>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-6986-9837>

**Teresa Cristina Esmeraldo Bezerra** é docente do Curso de Serviço Social e do Mestrado Acadêmico em Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará. Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará, mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará e

doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco.  
Coordenadora Geral do Núcleo de Acolhimento Humanizado às Mulheres em  
Situação de Violência (NAH-UECE).

**Contato:** [teresa.bezerra@uece.br](mailto:teresa.bezerra@uece.br)

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/2838356284879191>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-1824-9552>

Artigo recebido em: 22/04/2024

Aprovado em: 22/07/2024

Como citar este texto: SOUSA, Valmiene Florindo Farias; BEZERRA, Teresa Cristina Esmeraldo. Mulheres trabalhadoras em tempos de capital: fundamentos, resistências e sobreposições de trabalho. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 10, n° 02, p. 177-195, 2024.



## Referências bibliográficas

AMOSSÉ, Thomas. As estatísticas nos estudos de gênero: um instrumento revelador? In: MARUANI, Margaret (org.). **Trabalho, logo existo: perspectivas feministas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

BHATTACHARYA, T. O que é a teoria da reprodução social? **Revista Outubro**, n. 32, 1º semestre, 2019.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 537-572, 2007.

CARDOSO, Iredé. **Mulher e trabalho: discriminações e barreiras no mercado de trabalhos**. São Paulo: Cortez, 1980.

CARNEIRO, Sueli. Gênero e raça na sociedade brasileira. In: CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2020.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003.

CARVALHO, Nanci Valadares de. **A condição feminina**. São Paulo: Vértice, 1988.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”**. v.1. São Paulo: Globo, 2008.

FIRMINO, C. R.; SILVA, F. H. E.; VIANA, P. H. P. C. Desigualdades de gênero no serviço público federal. In: **congresso CONSAD de gestão pública**, 8., 2015, Brasília. Anais. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190215\\_tema\\_g\\_mulher\\_no\\_poder\\_e\\_na\\_tomada\\_de\\_decisooes.pdf](https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190215_tema_g_mulher_no_poder_e_na_tomada_de_decisooes.pdf). Acesso em março de 2024.

FONTOURA, Natália; PINHEIRO, Luana; GALIZA, Marcelo; VASCONCELOS, Márcia. Pesquisas de uso do tempo no Brasil: contribuições para a formulação de políticas de conciliação entre trabalho, família e vida pessoal. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v 12, n 1, junho 2010.

FRASER, Nancy. Crise do cuidado? Sobre as contradições sociorreprodutivas do capitalismo contemporâneo. IN: BHATTACHARYA, Tithi. **Teoria da reprodução social**. São Paulo: Elefante, 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. A juventude negra brasileira e a questão do desemprego. In: **Annual Meeting of the African Heritage Studies Association**. Pittsburgh (EUA), 26-29 abr. 1979.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **IV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, 1980.

HEILBORN, Maria Luiza & SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: KERGOAT D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**. 2007. Disponível em: [http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/102\\_653\\_EstudosdeGeneronoBrasil1.pdf](http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/102_653_EstudosdeGeneronoBrasil1.pdf). Acesso em: janeiro de 2023.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n.132, p. 595-609, 2007.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Entrevista. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, 4 (1), 2006.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedades. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, 2007

hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, 2015.

IANNI, Octavio. Dialética das relações raciais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, 2004.

MACHADO, Bárbara Araújo; PINHEIRO, Camila Fernandes. **Relações de gênero**: história e teoria. Curitiba: Editora Intersaberes, 2022.

MADEIRA, Maria Zelma de Araújo. Questão racial e opressão: desigualdades raciais e as resistências plurais na sociedade capitalista. **Argumentum**, v. 9, n. 1, p. 21–31, 2017. DOI: 10.18315/argum.v9i1.15440.

MATTOS, Badaró; TERRA, Paulo. Inserindo a precarização e a informalização em um quadro mais amplo. In: MATTOS, Badaró; TERRA, Paulo (Org.). **História das relações de trabalho: Brasil e Portugal em perspectiva global**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

NASCIMENTO, Beatriz. A Mulher negra e o mercado de trabalho. In: NASCIMENTO, Beatriz; RATTTS, Alex (org.). **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

PEDRO, Joana M. **Mulheres honestas, mulheres faladas: uma questão de classe**. Florianópolis: UFSC, 1998.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demandas**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SILVA, Luiza T. da. Classe e trabalho no feminino: um olhar sobre a história das mulheres trabalhadoras. **Revista Outubro**, n. 31, 2º semestre, 2018.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho dominação e resistência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Editora Expressão Popular, 2021.